

# **UNIVERSIDADE À LA GAUCHE: ANÁLISES DAS POLÍTICAS DITATORIAIS PARA O ENSINO SUPERIOR NAS PÁGINAS DA REVISTA ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA (1978-1982)**

---

**UNIVERSIDAD À LA GAUCHE: ANÁLISIS DE LAS POLÍTICAS DICTATORIALES PARA LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN LAS PÁGINAS DE LA REVISTA ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA (1978-1982)**

**UNIVERSITY À LA GAUCHE: ANALYSIS OF DICTATORIAL POLICIES FOR HIGHER EDUCATION IN THE ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA PAGES (1978-1982)**

**Sidney Lobato<sup>1</sup>**

<https://orcid.org/0000-0002-2357-3667>  
<http://lattes.cnpq.br/7693675785742150>

**Jorge Lucas de Oliveira Dias<sup>2</sup>**

<http://orcid.org/0000-0002-1463-0877>  
<http://lattes.cnpq.br/9313494419100019>

Recebido em: 11/04/2021

Aceito em: 28/12/2021

**RESUMO:** Este texto aborda as análises dos intelectuais de esquerda acerca das políticas da Ditadura empresarial-militar para o ensino superior brasileiro. Foram objeto de escrutínio textos publicados na revista *Encontros com a Civilização Brasileira* (ECB), entre os anos de 1978 e 1982. Esse trabalho nos permitiu reconhecer dois principais eixos temáticos: as perseguições a professores e estudantes identificados pelos agentes do regime ditatorial como ideologicamente alinhados ao comunismo; e as diretrizes da reforma universitária do final de 1968. O estudo desses eixos nos permite inferir que, para os autores de esquerda que publicavam na ECB, as políticas da Ditadura para as universidades criaram grandes obstáculos à prática intelectual, uma vez que esta era identificada como o livre exercício da crítica. É possível igualmente concluir que para alguns deles o contexto de reabertura gradual do regime impunha o desafio de se remover tais obstáculos em benefício da democracia.

**Palavras-chave:** Esquerda. Ditadura. Universidade. Redemocratização

**RESUMEN:** Este texto trata del análisis de los intelectuales de izquierda sobre las políticas de la Dictadura empresarial-militar para la educación superior brasileña. Fueron sometidos a escrutinio textos publicados en la revista *Encontros com a Civilização*

<sup>1</sup> Professor Associado I da Universidade Federal do Amapá (Unifap). Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Estágio de pós-doutorado em História na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS-Paris). E-mail: [lobato.sidney@yahoo.com.br](mailto:lobato.sidney@yahoo.com.br).

<sup>2</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal do Amapá (Unifap). Especialista em Estudos Culturais e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Amapá (Unifap). Licenciado em Sociologia pela Universidade Federal do Amapá (Unifap). E-mail: [jorgelucas.ap@gmail.com](mailto:jorgelucas.ap@gmail.com).

*Brasileira* (ECB), entre 1978 y 1982. Este trabajo permitió reconocer dos ejes temáticos principales: las persecuciones de profesores y estudiantes identificados por agentes del régimen dictatorial como ideológicamente comunista; y los lineamientos para la reforma universitaria a finales de 1968. El estudio de estos ejes permite inferir que, para los autores de izquierda que publicaron en el ECB, las políticas de la Dictadura para las universidades crearon grandes obstáculos para la práctica intelectual, identificada como el libre ejercicio de la crítica. También es posible concluir que para algunos de ellos, el contexto de reapertura paulatina del régimen impuso el desafío de remover esos obstáculos en beneficio de la democracia.

**Palabras clave:** Izquierda. Dictadura. Universidad. Redemocratización.

**ABSTRACT:** This text discusses how left-wing intellectuals analyzed the policies of the business-military Dictatorship for Brazilian higher education. Texts published in the *Encontros com a Civilização Brasileira* (ECB) between 1978 and 1982 were analyzed. This analysis allowed us to recognize two main thematic axes: the persecutions of teachers and students identified by agents of the dictatorial regime as ideologically aligned with communism; and the effects of the university reform of the end of 1968. The study of these axes allows us to infer that, for the authors of the left that published in the ECB, the policies of the Dictatorship for the universities created great obstacles to the intellectual practice, once this was identified as the free exercise of criticism. It is also possible to recognize that for some of them the context of the regime's gradual reopening posed the challenge of removing such obstacles for the benefit of democracy.

**Keywords:** Left. Dictatorship. University. Redemocratization

## INTRODUÇÃO: A ESQUERDA SE ENCONTRA NA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA<sup>3</sup>

Os números da revista *Encontros com a Civilização Brasileira* (ECB) foram publicados entre 1978 e 1982, um momento de surgimento de novos espaços de difusão do pensamento de esquerda no Brasil. Ela foi dirigida por Ênio Silveira (1925-1996), também proprietário da editora Civilização Brasileira. Em grande medida, a ECB é uma retomada do projeto editorial que ganhou forma na *Revista Civilização Brasileira* (RCB), e que durou de 1965 a 1968. A maioria dos membros do conselho editorial dessa revista ou era integrante ou era próxima do Partido Comunista Brasileiro (PCB) (COUTO, 2015, p. 155-156). A RCB nasceu em um momento de profunda revisão dos postulados da ortodoxia do PCB, que eram impactados pelas denúncias de Kruschev sobre os crimes de Stalin.<sup>4</sup>

É importante destacar também que a segunda metade da década de 1950 e a maior parte da seguinte foram um período de expansão e forte politização da produção cultural brasileira. Essa politização ganhou fôlego por meio do envolvimento de diversos segmentos sociais: nos debates sobre as reformas de base propostas pelo presidente João Goulart; no rechaço ao imperialismo; e nos esforços feitos no sentido de democratizar o acesso ao mercado de bens culturais. O Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes

<sup>3</sup> Ao longo de todo o artigo usaremos o sistema autor-data, constando a lista com as referências completas no final.

<sup>4</sup> Carlos Nelson Coutinho (2002, p. 20) escreveu a esse respeito: “O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética da União Soviética, ocorrido em 1956, quando Kruschev denuncia os crimes de Stalin, teve repercussões muito fortes no Brasil, em particular no Partido Comunista Brasileiro, que então detinha, praticamente, o monopólio da difusão do marxismo entre nós. Entre outras consequências, o marxismo brasileiro começou então a se abrir, ainda que timidamente, para a recepção de autores até esse momento tidos como ‘heterodoxos’, ou mesmo como ‘renegados’ e ‘revisionistas’”.

(CPC da UNE) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) influenciaram muitos setores da produção cultural. Logo após o Golpe de 1964, esse Instituto foi acusado pela Ditadura de promover a “comunicação” por meio de seus cursos e de sua influência sobre o governo federal. Por isso, poucos meses após o Golpe, o presidente Castelo Branco encerrou as atividades do Iseb e instaurou o Inquérito Policial Militar (IPM) 481, que investigou as atividades de seus membros (CZAJKA, 2010, 97-105).

No cenário adverso encarado no início da Ditadura, as esquerdas procuraram criar novos espaços de articulação e difusão de suas ideias. A *Revista Civilização Brasileira* surgiu, portanto, com o intuito de manter vivo o debate em torno dos projetos de organizações desmanteladas após o Golpe. Sobretudo, a RCB foi criada para ser um espaço de fermentação intelectual em prol da defesa da democracia e, por conseguinte, em oposição ao regime ditatorial. Na livraria da editora Civilização Brasileira – situada na Rua 07 de Setembro, no Rio de Janeiro-RJ – reuniam-se jornalistas, professores, poetas e outros, com destaque para: Antônio Callado, Paulo Francis, Carlos Heitor Cony<sup>5</sup>, Edmundo Moniz, Nélson Werneck Sodré, Antônio Houaiss, Ferreira Gullar, Leandro Konder, José Honório Rodrigues e Moacir Felix. Nas palavras de Luiz Renato Vieira (1998, p. 167), a editora “passou a exercer o papel de escola, no sentido de combinar as funções de instância consagradora com a característica de agrupar autores e agentes culturais portadores de disposições comuns sobre o fenômeno político”.

A produção da Civilização Brasileira se endereçava especialmente aos chamados problemas da atualidade brasileira. Para alcançar tais problemas, Énio Silveira optou por não adotar a via longa, mediada pelo estudo passado – aquela dos ensaios sobre a formação nacional, tão valorizados por outros editores (VIEIRA, 1998, p. 141). Ele preferiu textos que abordassem de forma mais direta temáticas específicas e candentes do presente. Certamente, tal preferência se articulava com seu intento de intervir de maneira mais imediata no debate de então. Podemos acrescentar que as revistas se ajustavam melhor a esse propósito, pois, como ressalta Beatriz Sarlo (1992, p. 11) em “Intelectuales y revistas: razones de una práctica”, as revistas podem ser consideradas instrumentos de agitação e propaganda uma vez que sua sintaxe “se deseña para intervenir en la coyuntura, alinearse respecto de posiciones y, en lo posible, alterarlas, *mostrar* los textos en vez de solamente publicarlos”.<sup>6</sup>

Enquanto a RCB enfrentara um processo de crescente endurecimento político do regime ditatorial<sup>7</sup>, os números ECB se sucederam na esteira de uma lenta transição para a

<sup>5</sup> Cony, que do Golpe até outubro de 1964 foi um dos mais corajosos críticos da Ditadura, recorrentemente reafirmava sua independência em relação às teses comunistas. Sua participação nos encontros promovidos por Énio Silveira evidencia o esforço que este editor fazia para ampliar ao máximo o arco de alianças contra o regime ditatorial (VIEIRA, 1998, p. 165-166).

<sup>6</sup> Michele Rossoni Rosa (2011, p. 60) aponta que, “a partir de 1965, a [editora] Civilização [Brasileira] passou a investir pesadamente em periódicos, mais dinâmicos e capazes de mobilizar um grupo mais amplo de produtores (tratava-se de orientar e objetivar uma mobilização intelectual já demonstrada em outros meios de divulgação), e de leitores”.

<sup>7</sup> Énio Silveira foi preso sete vezes e sua atividade editorial foi alvo de diversas formas de perseguição. Um exemplo disso foi que, em 1966, a editora Civilização Brasileira impetrou mandado de segurança contra o Diretor Geral do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) em razão de ter sofrido a apreensão de 9.762 volumes de 17 obras, guardadas em depósito localizado em São Paulo. Neste documento, os representantes da editora afirmam “que entre os livros por ela lançados encontram-se trabalhos de exposição, crítica e debate de problemas de natureza política, econômica e social, colocando-se dessa forma a serviço da liberdade de opinião e cultura, como lhe é assegurado pelas leis do país”. Livros como: *Palavra de Arraes*, *O Golpe começou em Washington*, *Julião, Nordeste e Revolução*, *História Militar do Brasil*, *A crise geral do capitalismo*, *Diplomacia do dólar*, *Manifesto do Partido Comunista*, *Marxismo e alienação* e *O Golpe de Abril*. Em suas considerações sobre o mandado, o Diretor da Delegacia Regional de São Paulo do DFSP, general Riograndino Kruel, ressalta que “os livros apreendidos, alguns de natureza política, inquestionavelmente, como afirma a imetrante, buscam difundir

democracia. De um lado, no período que vai dos anos 1970 ao início da década de 1980, houve vigorosa ampliação do número de editoras de oposição. De outro lado, a vitória do MDB nas eleições legislativas de 1974 parecia sinalizar para o início de um recuo da situação (MAUÉS, 2013, p. 28). Mas, o processo de abertura fora marcado por grandes incertezas. Afinal, as regras do jogo político ainda eram dadas pelo regime. Os intelectuais tinham que lidar com o seguinte dilema: ou se sujeitar às regras da democratização autoritária ou rejeitá-las (PÉCAUT, 1990, p. 302).

O que a RCB e a ECB têm em comum é serem *loci* de reunião e vasão das ideias de um heterogêneo conjunto de escritores que, ao mesmo tempo, faziam críticas à Ditadura Militar e, em sua maioria, guardavam certa distância da ortodoxia do Partido Comunista Brasileiro. Esse partido não conseguiu ditar a linha editorial das duas revistas, mesmo sendo o editor Énio Silveira um de seus integrantes (CZAJKA, 2010, 107). Em mais de uma ocasião, Silveira afirmou que procurava se afastar de qualquer forma de sectarismo. A composição dos conselhos editoriais da RCB e da ECB já evidenciavam a opção pelo ecletismo teórico e ideológico (COUTO, 2012, p. 351-358). Esses periódicos também abrigavam grande variedade temática: política internacional e nacional, economia, literatura, cinema, teatro, poesia, problemas culturais e filosóficos, entre outros.

Nos 29 volumes da *Encontros*<sup>8</sup> foram publicados mais de 700 textos, entre editoriais, artigos, resenhas, poemas etc. Desse total, quase 100 vieram da lavra de um grupo de doze autores. O poeta Moacyr Félix, que era membro de PCB e havia sido editor da RCB, foi aquele que mais publicou na ECB – vinte textos ao todo –, sendo seguido pelo editor Énio Silveira, com treze publicações. Podemos destacar ainda: João da Penha, com dez; Nelson Werneck Sodré, nove; Ignácio Rangel, tendo publicado oito; Darcy Ribeiro, Gisálio Cerqueira Filho, Marcos de Castro e Luiz Pinguelli Rosa, com seis publicações cada; bem como Frei Betto, Aricy Curvello e Fritz Teixeira de Salles, com cinco cada.

O propósito deste artigo não é realizar uma análise ampla e exaustiva de tudo o que foi publicado na ECB. O foco aqui recai sobre como alguns dos seus autores abordaram as mudanças ocorridas nas condições de produção do conhecimento durante a Ditadura. Mais especificamente, nos interessa compreender o modo adotado por intelectuais de esquerda para analisar as políticas da Ditadura Militar para o ensino superior brasileiro. De partida, reconhecemos que esta análise privilegiou dois eixos temáticos: as perseguições a professores e estudantes identificados, pelos agentes do regime ditatorial, como ideologicamente alinhados ao comunismo; e as diretrizes da reforma universitária do final de 1968. No escrutínio desses eixos, adotamos os seguintes pressupostos teórico-metodológicos: 1) os processos de produção de significados (discursos) são sempre socialmente enraizados; e 2) as práticas discursivas são intrinsecamente dialógicas. Por conseguinte, procuramos, de um lado, observar as relações entre textos e contextos e, de

doutrina veementemente repelida pelo povo brasileiro, mas que, criminosa e sub-repeticiamente, tentaram implantar no país” (JUÍZO da 1<sup>a</sup> Vara da Fazenda Pública tendo por imetrante a Editora Civilização Brasileira, referente a apreensão de livros publicados por esta. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1966. 6 p. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1355246/mss1355246.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1355246/mss1355246.pdf)).

<sup>8</sup> Michele Rossoni Rosa (2011, p. 59) destaca: “Na livraria [da Editora Civilização Brasileira] também eram feitos lançamentos que frequentemente se transformavam em sessões disputadas de autógrafos, noticiados pela imprensa, que atraíam a atenção dos órgãos policiais. Em junho de 1966, a editora passou a oferecer os ‘Encontros com a Civilização Brasileira’, organizados por Hélio Silva no Teatro Santa Rosa, em Ipanema, às segundas-feiras, sempre com o lançamento de um livro e debate com outros intelectuais”. Portanto, o nome da ECB fazia eco a esses eventos de enorme sucesso de público.

outro, reconhecer as intertextualidades (CARDOSO, 1988, p. 61-92; VOLÓCHINOV, 2018, p. 201-225).

## UMA UNIVERSIDADE QUE NÃO PODE DISCORDAR

Em meado da década de 1970, a editora Civilização Brasileira já havia se estabelecido como uma importante referência para os críticos da Ditadura. Esse é o contexto em que o bloco no poder<sup>9</sup> se propunha a realizar a abertura do regime de modo que o país fosse conduzido ao Estado democrático de direito sem que se cedesse espaço à maior participação política da oposição radical e dos movimentos sociais. Contrários a esse encaminhamento, militantes e intelectuais nutridos pelo eurocomunismo<sup>10</sup> apegavam-se muito mais ao humanismo cristão e ao reformismo democrático que ao ideal da revolução socialista. No campo intelectual de esquerda, debatia-se os contornos que a democracia poderia assumir (MEDINA, 2011, p. 7). A *Encontros* é uma fonte que nos permite compreender uma parte desse debate, com seus autores, temas, questões, argumentos etc.

Um dos temas que ganharam destaque nas páginas da ECB foram os desafios que a universidade brasileira deveria enfrentar para ser um agente da redemocratização. O expurgo de professores e estudantes universitários, ocorrido entre 1964 e 1978, foi abordado por diversos autores. No primeiro número da revista, Octavio Ianni<sup>11</sup>, em “O Estados e a organização da cultura”, argumentou que o poder estatal reprimia as atividades intelectuais que não estavam sob seu controle a fim de assegurar para si “o monopólio da única interpretação que ele próprio considera válida para o conjunto da sociedade”. O autor argumenta que a Ditadura minou a base da produção jornalística, artística e científica do Brasil:

A suspeita, intolerância, ou mesmo repressão sumária da atividade intelectual independente – por parte dos governantes – deve-se ao fato de que toda verdadeira atividade intelectual pressupõe um clima de liberdade de informação, ensino, pesquisa, discussão, controvérsia. Toda atividade jornalística, artística e científica necessita da liberdade de pensar, discutir e

<sup>9</sup> Segundo Nicos Poulantzas (2019, p. 244-245), “bloco no poder constitui uma unidade contraditória de classes e frações politicamente dominantes sob a égide da fração hegemônica”. Para o entendimento de como se compunha o bloco no poder da Ditadura Militar, remetemos à leitura de: Dreyfuss (1981).

<sup>10</sup> Marcos Del Roio (2002, p. 133) destaca que o eurocomunismo se origina na estratégia de “compromisso histórico” inserida no debate político italiano pelo secretário geral do PCI, Enrico Berlinguer, fundamentalmente “um projeto de aliança entre massas comunistas e católicas no marco da defesa e aprofundamento da democracia”. Del Roio acrescenta que a base teórica dessa estratégia advinha de uma leitura de Gramsci “que colocava a questão democrática no centro da ação político-cultural dos comunistas” e que o eurocomunismo “tinha também como pano de fundo uma visão crítica do ‘socialismo real’ e a insistência na particularidade histórica do Ocidente e da transição socialista”. É importante reconhecer que o eurocomunismo não era algo homogêneo, a ponto de Nicos Poulantzas (1980, p. 16-17) afirmar que havia um de esquerda e outro de direita.

<sup>11</sup> Octavio Ianni, além de ter sido um dos responsáveis pela estruturação da Sociologia brasileira, foi um notório militante na luta política. Sobre ele escreveu Francisco de Oliveira (2004, p. 7): “Pertencia à geração que sistematizou a sociologia no Brasil, fazendo-a ir muito mais além de comentários abalizados sobre a situação social e a formação da sociedade brasileira, transformando-a em uma verdadeira ciência social. A partir deste salto, a trajetória de profissionalização das ciências humanas, no sentido de Weber, seguiu em carreira ascendente, com a formalização e institucionalização das pós-graduações. Octavio foi um grande professor. Apaixonado pela universidade, deu aula até duas semanas antes de morrer. Aposentado da Universidade de São Paulo (USP) pelo AI-5, foi para a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), onde formou, junto com seu mestre Florestan, [...] um excelente curso de Ciências Sociais e sua pós-graduação, que cresceu e hoje mui justamente coloca-se entre os melhores do Brasil. Voltando à universidade pública, por convite do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, ficou lá até sua aposentadoria compulsória, há dois anos, com a qual não se conformava”.

criticar. Nas universidades, faculdades, institutos e centros de ensino e pesquisa, da mesma maneira que nos jornais, revistas, editoras, rádios e televisões, a atividade intelectual depende tanto de condições materiais e organizatórias como de um clima aberto de informação, debate e controvérsia. E isso o Estado não tolera. Nem a liberdade confinada entre os muros dos centros universitários é tolerada por ele (IANNI, 1978, p. 218).

O sociólogo destaca que os governos, a partir de 1964, transformaram a “questão universitária” numa questão política. Para eles, afirma o autor, qualquer crítica que partisse das universidades poderia ameaçar a estabilidade política e, por isso, decidiram antecipadamente expurga-las. Cabe ressaltar que o professorado das universidades não era um conjunto ideologicamente homogêneo. Muitos docentes eram apegados aos valores conservadores, com destaque para a maioria dos que integravam as faculdades de Medicina e Direito. Aqueles mais alinhados com as ideias de esquerda foram vitimados pela Operação Limpeza, que se iniciou pouco tempo depois do Golpe. Em São Paulo, 13 professores foram levados à prisão. Em outros estados também ocorreram condenações sumárias, por vezes seguidas de encarceramentos e afastamentos do trabalho nos centros universitários. No Rio de Janeiro, alguns docentes foram presos e outros conseguiram se evadir, num momento em que as perseguições policiais priorizavam lideranças políticas e operárias (MOTTA, 2014, p. 29).

A Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) da Universidade do Brasil (UB), futura Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), era considerada o maior baluarte dos comunistas universitários. O diretor dessa Faculdade, o professor Eremildo Vianna, denunciou diversos colegas, identificando-os como “subversivos”, e afirmou haver aí uma célula do PCB. Vianna, com a ajuda de tropas militares, ocupou a Rádio MEC, que era até então dirigida pela historiadora Maria Yeda Linhares, apontada como uma das integrantes da mencionada célula. Considerada “comunista fanática”, Linhares era acusada de usar a rádio para disseminar ideias subversivas. Contudo, ao final dos seus trabalhos, a Comissão de Investigação da UB concluiu que não havia provas consistentes embasando as acusações, que foram então consideradas improcedentes (FERREIRA, 2013, p. 56-57).

Vários dos professores que tinham escapado das exonerações e aposentadorias compulsórias em 1964 não puderam se livrar do mais amplo e duro expurgo inaugurado pelo Ato Institucional n. 5 (AI-5), editado em 13 de dezembro de 1968. É difícil saber o número exato de docentes que foram vítimas dessa nova “degola”. A Universidade de Brasília (UnB) vivenciou um dos quadros mais dramáticos, totalizando 79 cortes de professores entre dezembro de 1968 e abril de 1969. A metade dos afastados no país era composta por docentes de instituições de São Paulo e do Rio de Janeiro. Na primeira lista de desligamentos da Universidade de São Paulo (USP) apareceram apenas três nomes, dentre os quais o de Florestan Fernandes. A lista seguinte apresentava 24, sendo a maioria da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), que perdeu: Octavio Ianni, Emilia Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso, entre outros (MOTTA, 2014, p. 165-169).

No Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ – que então abrigava os cursos de História, Ciências Sociais e Filosofia da antiga FNFi-UB – diversos professores foram aposentados, dentre os quais destacamos novamente o nome de Maria Yeda

Linhares.<sup>12</sup> Dez anos depois, essa historiadora – em discurso elaborado para uma cerimônia de formatura<sup>13</sup> do curso de Ciências Sociais da UFRJ e publicado pela ECB (n. 9, 1979) – relatou que esteve afastada da universidade por causa da “ordem social de vingança e ódio”, que buscava calar e abafar a consciência no país por meio do medo. Linhares argumenta que nunca tal ordem se estabeleceu de forma tão cristalizada e inofensável “como nesses tristes anos que se sucederam ao Ato Institucional nº 5”. E acrescenta: “A violência que nele se continha e se institucionalizava só poderia gerar a violência do desespero e da desesperança cujas funestas consequências estão gravadas a sangue, indelevelmente, no luto de tantas famílias brasileiras e no luto da consciência nacional”.

O AI-5 dava ao presidente poderes praticamente ilimitados e sem duração estipulada. Direitos políticos dos cidadãos poderiam ser cassados, casas parlamentares fechadas, estado de sítio decretado etc. Os setores que aspiravam processos repressivos mais duros viam abrirem-se os caminhos a uma irrestrita perseguição e punição dos opositores do regime ditatorial. Outro instrumento legal que favoreceu a mais forte repressão nos ambientes universitários foi o Decreto 477, promulgado em fevereiro de 1969. Seu principal objetivo era o desmantelamento do movimento estudantil. Os envolvidos em práticas de militância nos anos anteriores poderiam ser sumariamente desligados e impedidos de se matricularem em outras instituições de ensino superior (MOTTA, 2014, 156-157). Ianni (1978, 218) afirma que o AI-5 e o Decreto 477 faziam pesar sobre todos, e não apenas os intelectuais, o medo do inquérito policial, da aposentadoria e da prisão.

Ianni situa as punições sofridas por professores e estudantes universitários no quadro mais geral de uma política de repressão cultural. O sociólogo destaca como exemplo dessa política a apreensão do livro *História Nova do Brasil* e a prisão dos autores dele, no ano de 1965, sob a alegação de que a publicação contava a história “de modo subversivo”. Os autores dessa obra eram Maurício Martins de Melo, Pedro de Alcântara Figueira, Joel Rufino dos Santos e Nelson Werneck Sodré. Este último, no mesmo ano, publicou nas páginas da RCB o artigo (então não assinado) “Terrorismo cultural”. Nele, Sodré (1986 [1965], p. 50) ressalta que a cultura se nutria da agitação, do debate e da controvérsia. Para esse historiador, a Ditadura havia disseminado o horror à agitação e aos supostos “agitadores”, com destaque para os intelectuais. Ele afirma que o “terrorismo” começou pelo incêndio da sede da UNE, pela invasão do *campus* da UnB por tropas armadas, pela depredação do Iseb e pelas “fogueiras de livros”. Sodré (1986, p. 61) também pôs em relevo que muitos dos intelectuais brasileiros estavam destituídos das mínimas condições necessárias à ação oposicionista: “Os que tinham uma coluna, tomaram onde escrever, a

<sup>12</sup> Maria Yedda Linhares (1921-2011) ficou conhecida por fazer parte da “geração de pioneiras”, por ter sido uma das primeiras mulheres a ingressarem em cursos superiores de História no Brasil, na década de 1930 (LIBLIK, 2016). Militou em movimentos esquerdistas, mesmo em período de forte repressão, quando “os tempos eram de chumbo, o ar era arenoso e o chão fugidio” (SILVA, 2011, p. 15). Foi professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal Fluminense (UFF), além de ter participado da União Nacional dos Estudantes (UNE). Por sua militância em favor dos direitos sociais e identificação com a esquerda, foi perseguida pela Ditadura Militar. Quando da morte dela, Francisco Teixeira da Silva (2011, p. 15) escreveu: “Então veio o pior: as ‘forças alarmadas’, como dizia ‘o José’, tomaram o poder. A ‘Revolução Brasileira em curso’, como diziam os amigos do Iseb, era feita de papel. Yedda colocaria a rádio em ‘campanha pela legalidade’. As consequências seriam terríveis. Prisões, cassações, aposentadorias compulsórias. Maria Yedda seria inculpada em 11 IPMs; seria acusada na mídia, seria espezinhada por muitos. Pouco importava, sabia o que fazer”.

<sup>13</sup> As cerimônias de colação de grau eram muito policiadas em função de ser bastante recorrente as turmas escolherem intelectuais de oposição ao regime ditatorial para paraninfos. Rodrigo Motta (2014, p. 217-218) destaca que “em momento de censura, a intenção dos estudantes era mesmo de usar a cerimônia como tribuna de protesto contra a ditadura”.

maioria estava foragida, exilada, presa, perseguida, despojada de seus empregos, destituída de suas cátedras. Estava calada pela violência, e não pelo temor”.

No número 14 da ECB (1979) foi publicado o artigo “Universidade e Política”, de Wilmar Barbosa<sup>14</sup>. O texto, que havia primeiramente saído no *Jornal do Brasil*, aponta que a universidade vivia “tempos anormais” e estava coagida pela política autoritária de então. O autor afirma que as instituições de ensino superior sofriam a deterioração de suas atividades e que, no interior delas, toda crítica sistemática havia sido colocada sob suspeita. O professor da PUC do Rio de Janeiro destaca que o país presenciava “o afastamento compulsório de muitos brilhantes mestres e cientistas, o exílio de tantos outros e o desestímulo sistemático à produção teórica e à pesquisa científica em vários campos do saber imposto por uma burocracia estagnadora” e também caracteriza como “estritamente político” o motivo dessas punições, ressaltando que o pretenso “pensamento totalitário” infiltrado nas universidades criava um fictício “democratismo autoritário”, contra o qual se deveria lutar em nome da liberdade.

O texto de Wilmar Barbosa põe em evidência uma universidade policiada por dentro. O controle ia da vida associativa e política às pesquisas e eventos. Palestras e seminários acadêmicos eram vigiados e por vezes cancelados, bem como as atividades culturais, que incluíam muitos shows. Pelo aviso reservado n. 873/73 da Divisão de Segurança e Informações (DSI/MEC), o ministro Jarbas Passarinho determinou que as universidades comunicassem com noventa dias de antecedência a organização de eventos de qualquer natureza, informando objetivos e programas. Passarinho pretendia neutralizar os supostos propósitos esquerdistas num momento em que “os grupos subversivos” vinham aumentando suas atividades nos *campi*. O DSI censurou publicações de professores e estudantes, ainda que formalmente não tivesse poder para isso. As ações de controle e de interdição também alcançaram as pesquisas, com destaque para a área de Ciências Humanas. As sanções abrangiam a não concessão de bolsas, a peremptória proibição de realização do trabalho investigativo etc., sempre a depender do passado (esquerdista) do pesquisador e do tema pesquisado (MOTTA, 2014, p. 217-224).

## A REFORMA DE 1968: A UNIVERSIDADE NO CRUZAMENTO DE DIFERENTES PRESSÕES SOCIAIS

Uma “reforma consentida”, foi assim que Florestan Fernandes qualificou o processo que desembocou na Lei 5.540/68. Este sociólogo foi um dos poucos intelectuais que puderam analisar criticamente tal reforma no momento em que ela nascia. Como destaca Luiz Antônio Cunha (2007, p. 286), em obra clássica sobre o tema, “a verdade é que não houve tempo para que outras análises críticas do *Relatório* [do Grupo de Trabalho para a Reforma das Universidades] e da lei 5.540 fossem feitas, já que a lei foi promulgada a 28 de novembro, 15 dias antes do ato institucional 5”. Mas, é importante lembrar que, ao longo do processo de transição à democracia, foi possível retomar o interrompido balanço crítico do tema. Nas páginas da ECB, intelectuais de esquerda analisaram tal reforma, identificando nela aspectos positivos e negativos. De modo geral, para esses intelectuais as propostas

<sup>14</sup> Wilmar do Valle Barbosa era doutor em Filosofia e professor do Departamento de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro.

reformistas da Ditadura se inscreviam na tendência modernizante de adaptação da universidade ao sistema capitalista.

A necessidade de que a universidade brasileira fosse reformada era um consenso de diversos setores sociais. Entretanto, havia divergentes entendimentos a respeito do sentido das mudanças a serem engendradas. Para os intelectuais de esquerda, as instituições de ensino superior eram tradicionalmente um aparelho de reprodução das oligarquias dominantes, uma vez que se organizavam de forma excludente. No primeiro número da ECB, Darci Ribeiro<sup>15</sup> publicou “Sobre o óbvio”, em que destaca alguns dos fatos relativos ao surgimento das universidades no país. Ribeiro lembra que no período colonial apenas tinham acesso ao ensino universitário aqueles cujos pais podiam custear os estudos em Coimbra e que as primeiras escolas superiores foram criadas no Brasil somente depois da vinda da Corte portuguesa (1808). O autor ressalta que essas escolas eram estruturadas como conglomerados de autarquias que não queriam ser aglutinadas em universidades. Adiante, ele compara o crescimento da demanda frustrada por ensino superior no país a uma bezerra que cresce aprisionada: “O que ocorre com a universidade no Brasil é mais ou menos o que sucederia com uma vaca se quando bezerra ela fosse encerrada numa jaula pequenina”. E prossegue: “A vaca mesmo está crescendo naturalmente, mas a jaula de ferro aí está, contendo, constringindo” (RIBEIRO, 1978, p. 9-22).

Os modos como, ao longo da história, o ensino superior reproduziu as desigualdades sociais é também o tema central do artigo “Universidade Brasileira: para quê e para quem?”, de Luiz Alberto Gomez de Souza.<sup>16</sup> Usando uma terminologia gramsciana, o autor afirma que a universidade ajuda a produzir a hegemonia da classe dominante, mas também pode vir a ser um espaço propício à contestação protagonizada pelos dominados. Essa potencial criticidade, segundo Souza, é contudo minimizada em razão das classes populares só marginalmente chegarem a ingressar nos cursos universitários.<sup>17</sup> O artigo ressalta que as primeiras universidades brasileiras surgem na década de 1930, atendendo ao interesse da nova burguesia urbana, e que a aceleração da industrialização estimulou a abertura de novas vagas, ensejando um lento ingresso de estudantes oriundos da classe média nos centros universitários.<sup>18</sup> Porém, Luiz Alberto Gomez de Souza (1979, p. 189) pondera que:

A expansão se dá principalmente através de escolas privadas não gratuitas e frequentemente de má qualidade, onde se matriculam, em cursos que muitas vezes permitem um trabalho paralelo, estudantes de mais baixa renda. Por outro lado, criam-se ao mesmo tempo, alguns

<sup>15</sup> Darcy Ribeiro (1922-1997) atuou nas áreas de Antropologia e Etnologia. Foi ministro da Educação e chefe da Casa Civil do Governo João Goulart. Também foi o fundador e primeiro reitor da UnB, instituição da qual foi demitido, no expurgo promovido pela Operação Limpeza. Nos primeiros dias de abril de 1964, exilou-se no Uruguai (HEYMANN, 2012, p. 263).

<sup>16</sup> Luiz Alberto Gomez de Souza (1935-2020) graduou-se em Direito e Ciência Política; mas, construiu sua carreira acadêmica como sociólogo e professor da PUC-Rio, destacando-se igualmente por seu engajamento em movimentos sociais. Foi presidente da Associação dos Docentes da PUC-Rio.

<sup>17</sup> No artigo “O brasileiro negro, 90 anos depois”, publicado no primeiro número da ECB, o jornalista Cláudio Bojunga, ao problematizar os processos de exclusão dos negros, afirma: “Em todo o Brasil a situação é parecida. Na Bahia, onde a população branca é minoritária (o antropólogo Thales de Azevedo calcula em 80% a proporção de negros e mulatos baianos), a Universidade permanece paradoxalmente uma ‘instituição branca’”. (BOJUNGA, 1978, p. 177).

<sup>18</sup> No artigo “Vestibular, a volta do pêndulo”, publicado no número 13 da ECB, o sociólogo Luiz Antonio Cunha (1979, p. 198) argumenta que o interesse em disputar promoções nas burocracias públicas e privadas é o que explica a atração que os diplomas universitários exerciam sobre os jovens de classe média, na década de 1950 e seguintes.

centros universitários de alto nível, que recebem das autoridades um tratamento preferencial. Surge assim uma estratificação de escolas com diferentes níveis de prestígio.

A expansão da oferta frustrava as expectativas da classe média seja porque ficava aquém da demanda, seja por reforçar o hiato entre os mencionados níveis de prestígio. Criado em 1968, o Grupo de Trabalho para a Reforma das Universidades (GRTU) teve que lidar com aspirações conflitantes. Mas, certamente não poderia deixar de propor ao governo que atendesse à demanda de mais vagas dos jovens de classe média que tomavam as ruas de dezenas de cidades em atos de protesto.

Outra mudança proposta pelo GRTU que iria ao encontro das expectativas do movimento estudantil e da esquerda foi a extinção do regime de cátedras. Na visão dos reformadores, a expansão das universidades federais não poderia ser estorvada por um recrutamento de professores dependente da intermediação dos catedráticos. A vida acadêmica era até então organizada em torno deles, pois tinham as prerrogativas de selecionar seus assistentes (professores e pesquisadores), de definir os programas de ensino, de participar de congregações e conselhos deliberativos etc. O grande poder dos catedráticos dava azo a práticas nepotistas e criava embarracos à livre produção e circulação de ideias (CUNHA, 2007, p. 230-232). A respeito desse tema, Florestan Fernandes ([1968] 2020, p. 314) escreveu: “O professor catedrático e os seus colaboradores raramente eram *universitários* e, nessa qualidade, docentes ou pesquisadores”. E completa: “Eles eram sobretudo profissionais liberais que se distinguem de seus colegas e que se voltavam ao ‘mister de ensinar’ de modo precário”.

A reforma universitária consolidou uma reorganização da vida acadêmica por meio de professores de carreira verticalizada – auxiliares e assistentes estando na base, enquanto no topo ficavam adjuntos e titulares – reunidos em departamentos e institutos que deveriam promover ensino e pesquisa em dois níveis: graduação (agora dividida em ciclos básico e profissional) e pós-graduação (mestrado e doutorado). Se é certo que essa reforma foi capaz de surpreender positivamente o movimento estudantil e de arrancar alguns elogios de Florestan Fernandes, é igualmente correto afirmar que em diversos aspectos ela se chocava com as aspirações das forças políticas que faziam oposição ao regime ditatorial. Fernandes ([1975] 2020, p. 334-335) apontava que a reforma seguia “uma filosofia educacional privatista, que coloca o ensino superior na órbita da composição conservadora entre velhos e novos privilégios”. Os estudantes que, em 1968 protestavam nas ruas e ocupavam os *campi*, retomavam a bandeira empunhada pela UNE antes de 1964 de uma universidade crítica e popular, igualmente rechaçando a orientação tecnicista e privatista adotada pelo GRTU (MOTTA, 2014, p. 97).

O caráter tecnicista da reforma universitária de 1968 já foi amplamente analisado pela bibliografia especializada.<sup>19</sup> Esse tema apareceu em diversos textos publicados na ECB, às vezes de forma incidental, em poucas linhas, às vezes em análises de maior fôlego. No artigo “Autarquias especiais: autonomia ou dependência para as universidades?”, publicado no número 12 da ECB (1979), Joel Regueira Teodósio<sup>20</sup> se propõe a abordar alguns dos

<sup>19</sup> A respeito desse tema ver: Souza (1981, p. 153-162); Cunha (2007, p. 219-286); Saviani (2008); Bittar & Ferreira Jr. (2008).

<sup>20</sup> Joel Regueira Teodósio foi sindicalista e professor titular na Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ele sofreu perseguição política e foi preso, assim como seu irmão e sua mãe, Naíde Teodósio, por fazerem oposição à Ditadura (BRAYNER; BARBOSA, 2017, p. 225).

aspectos da reforma universitária. Ele inicia advertindo que qualquer que seja o regime econômico-social de um país, a universidade deve desempenhar múltiplas funções, desde a formação de mão de obra especializada até a realização de estudos sobre variados problemas sociais. Teodósio destaca, porém, que o GTRU trabalhou no sentido do atrofiamento dessas funções, ao privilegiar, na definição do papel das instituições de ensino superior, a formação de tecnólogos e de tecnologias para o parque industrial brasileiro. O autor, assim resume seu argumento: “A opção do governo foi clara. Ao mesmo tempo que tentou responder às reivindicações sociais por mais vagas, não só diminuiu os recursos orçamentários para a educação como privilegiou dentre as atividades universitárias as áreas que mais convinham ao modelo econômico”. Ele destaca que essa opção indicava, de um lado, uma “diminuição da responsabilidade do Estado pela educação” e, de outro, o imperativo da “criação de mecanismos de captação de recursos próprios pelas universidades, recursos esses que deverão ser buscados na iniciativa privada” (TEODÓSIO, 1979, p. 63-78).

“Autarquias especiais: autonomia ou dependência para as universidades?” põe em evidência os prejuízos que a dependência financeira em relação ao setor privado poderia trazer à capacidade das universidades pensarem os problemas nacionais autonomamente. De modo geral, nas páginas da *Encontros*, esse modelo privatizante de universidade era associado ao imperialismo estadunidense que tomou forma no campo educacional nos acordos estabelecidos entre a *United States Agency for International Development* (Usaid) e o Ministério da Educação e Cultura, mais conhecidos como acordos MEC-Usaid. Luiz Alberto Gomez de Souza, no seu já citado artigo, afirma que após o golpe de 1964, o MEC solicitou ao professor estadunidense Rudolph Atcon uma proposta de reformulação da universidade brasileira. A proposta apresentada por Atcon se inscrevia claramente “na tendência modernizante de adaptação da Universidade ao sistema capitalista” e de “privatização do ensino, aos interesses dos setores hegemônicos nacionais e estrangeiros”, destaca Souza (1979, p. 185).

Em “O Estados e a organização da cultura”, Octavio Ianni também afirma que a reforma universitária de 1968 seguiria a linha aconselhada pelos técnicos norte-americanos e brasileiros, conforme ditavam os acordos MEC-Usaid. Para Ianni, a reforma abriu caminho à “burocratização, tecnificação e ‘despolitização’ do trabalho intelectual no sistema brasileiro de ensino”. As mudanças trazidas pela Lei 5.540 se combinavam com os expurgos de professores e estudantes indesejáveis, no sentido de “transformar a universidade numa agência de produção de técnicos, assessores, consultores, conselheiros, executivos ou simplesmente funcionários do capital” (IANNI, 1978, p. 223-224).

## PALAVRAS FINAIS

Este artigo demonstra que diversos intelectuais de esquerda usaram as páginas da revista *Encontros com a Civilização Brasileira* para pôr em evidência os modos como os agentes do governo ditatorial procuravam estorvar a produção de um conhecimento crítico sobre a realidade nacional. Os textos analisados destacaram como esses intelectuais foram perseguidos e punidos. No quadro de uma ampla e autoritária política de reorganização da produção cultural em prol da situação, as universidades mereceram atenção especial. O expurgo de professores e estudantes que contestavam a Ditadura se combinava com uma

espionagem cotidiana do que era ensinado, lido, debatido ou cantado nos *campi*. Interditava-se desse modo a prática da crítica, coagindo sobretudo as Ciências Humanas.

Conforme apontamos, os efeitos do AI-5, no final de 1968 e anos seguintes, elevaram o cerceamento da atividade intelectual de esquerda à enésima potência. Por isso, com poucas exceções, os oposicionistas do regime ditatorial não puderam fazer um balanço crítico da reforma universitária no *day after* da promulgação da Lei 5.540/68. Mas, a tarefa de fazer tal balanço foi retomada quando se iniciou o processo de transição à democracia, no final dos anos 70 do último século. A *Encontros* revelou-se uma fonte fecunda ao estudo desta retomada. Os artigos por nós analisados apontam aspectos positivos e negativos dessa reforma e fortalecem argumentos já presentes na bibliografia recente, a saber: o GTRU incorporou tanto demandas de movimentos sociais quanto de grupos que compunham o bloco no poder; mas, esse Grupo adotara prioritariamente uma orientação tecnicista e privatista de reforma, sob forte influência do imperialismo estadunidense.

Nestas palavras finais, é importante pôr em relevo que os autores da ECB em geral entendiam que a universidade pública tinha um papel fundamental a desempenhar no processo de redemocratização do país. Mas, para tanto, ela mesma deveria ser primeiramente renovada, removendo-se de sua estrutura e funcionamento os mecanismos autoritários e tecnicistas implantados pelos ditadores. Nesse sentido, Maria Yedda Linhares (1979, p. 255-256) vislumbrava uma universidade capaz de atender às necessidades de um país atrasado, marcado pelas desigualdades e “que permita a formação de quadros técnicos e científicos capazes de dar uma contribuição ao desenvolvimento do país e não à perpetuação de privilégios”. E Antônio Cândido<sup>21</sup>, em entrevista publicada na ECB de número 27 (1980, p. 11), chamava os leitores à luta por “uma universidade democratizada, onde o poder de decisão nasce das bases, isto é, a totalidade dos docentes, funcionários e alunos, que são os grupos empenhados no processo de transmissão do conhecimento, de investigação e de administração dos interesses coletivos”.

Por fim, esse artigo reforça a tese de que, durante a Ditadura, jornalistas, dramaturgos, professores, poetas e outros formaram um “partido intelectual”: um ator coletivo portador de crenças comuns, com líderes e estratégias conjunturais (PÉCAUT, 1990, p. 260). Intelectuais, de modo geral, “esquerdisticamente afinados” – expressão resgatada por Michele Rossoni Rosa (2011, p. 12) de uma denúncia anônima feita ao Dops da Guanabara, no ano de 1972. O que escrevemos até aqui também nos permite inferir que a revista *Encontros com a Civilização Brasileira* atuou como um “partido”, no sentido amplo que o termo, por vezes, assume no pensamento gramsciano. Nas palavras de Antonio Gramsci (2011, p. 302), “um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas) são também ‘partidos’, ‘frações de partido’ ou ‘funções de determinados partidos’. Esses ‘partidos’, ainda segundo o autor, podem buscar o fortalecimento de uma dada hegemonia ou ir na direção contrária. No caso da ECB, ficou evidente que se tratava de um “partido” de oposição ao bloco no poder. Ficou igualmente bem demonstrado que a defesa da universidade pública era tema de grande importância na sua agenda de lutas políticas.

<sup>21</sup> Antônio Cândido (1918-2017) foi sociólogo, crítico literário, e influente militante político. Foi professor assistente da cadeira de Sociologia II do professor Fernando Azevedo, na USP. Posteriormente, foi aprovado para a cadeira de professor de Literatura Brasileira, na mesma universidade. Em 1945, foi um dos fundadores da União Democrática Socialista, e também nesse ano passou a integrar a Esquerda Democrática, transformada em 1947 no Partido Socialista Brasileiro. Foi igualmente membro do Partido dos Trabalhadores (PT) desde sua fundação.

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Wilmar do Valle. Universidade e política. **Encontros com a Civilização Brasileira**, n. 14, 1979, p. 137-146.
- BITTAR, Marisa; FERREIRA Jr., Amarilio. Educação e Ideologia Tecnocrática na Ditadura Militar. **Cad. Cedes**, vol. 28, n. 76, p. 333-355, set./dez. 2008.
- BOJUNGA, Cláudio. O brasileiro negro, 90 anos depois. **Encontros com a Civilização Brasileira**, n. 1, 1978, p. 175-204.
- BRAYNER, Nadja Maria Miranda; BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. Graves violações dos direitos humanos nos meios educacionais culturais. In: **Relatório da Comissão Estadual de Memória e Verdade Dom Helder Câmara**, vol. 2. Recife: Cepe, 2017.
- CANDIDO, Antônio. Universidade e Política [entrevista concedida a Moacir Cerqueira]. **Encontros com a Civilização Brasileira**, n. 27, p. 11-22, 1980.
- CARDOSO. Ciro Flamarion. Semiótica, História e classe social. In: *idem*. **Ensaios racionalistas**. Rio de Janeiro, Campus, 1988.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Um filósofo democrático. In: PINASSI, Maria Orlanda (org.). **Leandro Konder**: a revanche da dialética. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 15-28.
- COUTO, Cristiano. “Encontros com a Civilização Brasileira” (1978-1982): resistência cultural e prenúncio de uma nostalgia. **Dimensões**, vol. 29, 2012. p. 351-372.
- COUTO, Cristiano. Construção de hegemonia político-cultural no contexto de transição: narrativas sobre democracia e socialismo em Encontros com a Civilização Brasileira, Cuadernos de Marcha (segunda época) e Controversia (1979-1985). **Tempo**, vol 21, n. 37, 2015, p. 151-169.
- CUNHA, Luiz Antonio. Vestibular: a volta do pêndulo. **Encontros com a Civilização Brasileira**, n. 13, 1979, p. 195-208.
- CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade reformanda**: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. 2 ed. São Paulo: Unesp, 2007.
- CZAJKA, Rodrigo. A Revista Civilização Brasileira: projeto editorial e resistência cultural (1965-1968). **Revista de Sociologia Política**, vol. 18, n. 35, 2010, p. 108-115.
- DEL ROIO, Marcos. Leandro Konder e um capítulo da história dos intelectuais. In: PINASSI, Maria Orlanda (org.). **Leandro Konder**: a revanche da dialética. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 127-142.
- DREYFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira**: reforma ou revolução? São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. O lado escuro da força: a ditadura militar e o curso de história da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. **História da Historiografia**, n. 11, 2013, p. 45-64.
- GRAMSCI, Antonio. **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- HEYMANN, Luciana Quillet. O arquivo utópico de Darcy Ribeiro. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 19, n. 1, 2012, p. 261-282.

- IANNI, Octávio. O Estado e a Organização da Cultura. **Encontros com a Civilização Brasileira**, n. 1, 1978, p. 216-241.
- LIBLIK, Carmem Silvia da Fonseca Kummer. Trajetória de Maria Yedda Linhares: notas sobre a construção de um devir. **História da Historiografia**, n. 22, 2016. p. 116-133.
- MAUÉS, Flamarion. **Livros contra a ditadura**: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.
- MEDINA, Manuela. Os intelectuais da Revista Encontros com a Civilização Brasileira e o processo de abertura política no Brasil: um olhar sobre o pensamento social brasileiro. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: Anpuh, 2011, p. 1-11.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- OLIVEIRA, Francisco. Vai Octavio, ser *gauche* na eternidade. **Jornal da Unicamp**, de 19 a 25 de abril de 2004.
- PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.
- POULANTZAS, Nicos. **Repères hier et aujourd’hui**: textes sur l’État. Paris: François Maspero, 1980.
- POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Campinas: Unicamp, 2019.
- RIBEIRO, Darcy. Sobre o óbvio. **Encontros com a Civilização Brasileira**, n. 1, 1978, p. 9-22.
- ROSA, Michele Rossoni. “**Esquerdisticamente afinados**”: os intelectuais, os livros e as revistas das Editoras Civilização Brasileira e Paz e Terra (1964-1969). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre-RS, 2011.
- SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. **América: Cahiers du CRICCAL**, n. 9-10, 1992, p. 9-16.
- SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. **Cad. Cedes**, vol. 28, n. 76, 2008, p. 291-312.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Maria Yedda Leite Linhares (1921-2011). **Revista Brasileira de História**, vol. 31, n. 62, 2011, p. 12-16.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da História Nova**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- SOUZA, Luiz Alberto Gomez de. Universidade Brasileira: para quê e para quem? / Luiz Alberto Gomez de Souza. **Encontros com a Civilização Brasileira**, n. 13, 1979, p. 175-193.
- SOUZA, Maria Inês Salgado de. **Os empresários e a educação**: o Ipê e a política educacional após 1964. Petrópolis: Vozes, 1981.
- TEODÓSIO, Joel Regueira. Autarquias Especiais: Autonomia ou Dependência para as Universidades? **Encontros com a Civilização Brasileira**, n. 12, 1979, p. 63-78.
- VIEIRA, Luiz Renato. **Consagrados e malditos**: os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira. Brasília: Thesaurus, 1998.
- VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2018.